

US\$ 350 milhões: o sinal positivo que faltava.

O pagamento de US\$ 350 milhões que o governo brasileiro está fazendo, hoje, depois de dois outros secretos de US\$ 85 milhões anunciados ontem, cobre apenas parte dos juros devidos em janeiro, podendo ser considerado um sinal positivo para a conclusão de um acordo de médio prazo, que depende agora de um acerto sobre quanto o Brasil vai precisar de dinheiro novo neste ano.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, não quis caracterizar o pagamento feito hoje como o sinal de que as negociações com os banqueiros credores estejam chegando ao final, nem como uma suspensão da moratória:

"Isto não é nem a suspensão nem a não-suspensão (da moratória)", ele disse, parando por "um minuto" para atender os repórteres que o esperavam na entrada do edifício das negociações, em Nova York. E acrescentou: "Isto é a correspondência do que nós podemos fazer em função dos avanços que houve. Nós pretendemos suspender a moratória quando tivermos um acordo de médio prazo concluído, o que não é o caso agora e não deve ser nesta próxima semana".

Um alto funcionário do governo americano reagiu com prudência à notícia do pagamento de parte dos juros de janeiro, que era o impasse das negociações desde o começo do ano. "Acho que isso pode resolver o problema imediato da renegociação da dívida", disse ele.

Depois, respondendo a uma consulta sobre se este pagamento teria a força de desanuviar as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, tensas por causa da informática, a mesma fonte acrescentou: "Pode melhorar o clima geral. Mas não tem nenhuma ligação especial com outros problemas".

Quanto ao anúncio dos produtos que sofrerão as retaliações comerciais ter sido adiado para "não azedar as negociações da dívida que estavam progredindo em Nova York", o funcionário do governo americano concluiu, secamente: "A Casa Branca deverá pronunciar-se nesta semana".

A nota oficial sobre o pagamento parcial dos juros de janeiro, distribuída em Nova York, observa que ele é "um exemplo da melhoria das relações entre o Brasil e seus bancos credores". O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que a assina com William R. Rhodes, o presidente do Comitê de Assessoramento dos Credores (formado por 14 bancos), diz que o governo brasileiro planeja pagar outros juros vencidos em 1988 à medida que se progrida em direção a um acordo de médio prazo. E os dois "expressam o desejo" de poder concluí-lo "o mais depressa possível".

Milliet ainda explica, na nota oficial, que o governo brasileiro escolheu pagar o que venceu em 15 de janeiro, "ao invés de outros pagamentos que também venceram em janeiro, porque, sob os acordos de reestruturação, um grupo maior de bancos credores poderia receber os fundos". E a nota oficial ainda acrescenta:

"Este será o terceiro pagamento do governo para os bancos credores anunciado nas últimas semanas. Os dois primeiros, de US\$ 1,1 bilhão em 30 de dezembro e US\$ 360 milhões em 11 de janeiro. O governo ainda fez mais dois adicionais e não anunciados pagamentos de US\$ 85 milhões extraídos de suas próprias reservas."

Estes dois últimos pagamentos de US\$ 85 milhões, secretos, surpreenderam quem acompanha, dia a dia, a renegociação da dívida. E foram esclarecedores: explicam, finalmente, por que o clima das negociações mudou, de repente, na semana passada, com banqueiros e fontes do governo fazendo o eco de um novo otimismo. Falava-se, então, que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, tinha voltado para Nova York com cheques no bolso, podendo até efetuar alguns pagamentos de emergência. Ele próprio desmentia.

Milliet quis deixar claro, ontem, para a imprensa, que este pagamento de hoje não equivale a um acordo provisório, porque até a última sexta-feira falava-se num em que o Brasil daria os mesmos US\$ 350 milhões, que são aproximadamente um terço do que deveria pagar em janeiro, enquanto os bancos credores completariam os outros dois terços. A fórmula encontrada, afinal, não requereu um empréstimo-ponte dos bancos, como se tentou a princípio, ficando como um pagamento simbólico brasileiro, ou um gesto de boa vontade em direção aos bancos e ao governo americano.

"Se o Brasil não pagasse, não sairíamos do lugar", disse ontem um banqueiro repetindo que desde o começo do ano as "negociações estavam emperradas" pela falta de pagamento de juro previsto pelo acordo interino assinado no final do ano. "Os subcomitês trabalhavam para um acordo de médio prazo, mas em alto nível os banqueiros tinham fechado questão", ele acrescentou, concluindo: "Coube ao Brasil decidir. Este pagamento é um bom sinal, mas não é ainda suficiente. Achemos que o Brasil poderia ter pago uma quantia maior".

Segundo um outro banqueiro, este seria o problema do momento: quanto o Brasil deve receber em dinheiro novo, no acordo de médio prazo? O governo brasileiro pretenderia cerca de US\$ 7 bilhões, mas os banqueiros estão considerando a quantia alta, "pretensiosa", diante do seu superávit comercial. "Não será necessário todo este dinheiro", ele calculou.

Milliet não quis dar nenhum detalhe sobre as negociações do acordo de médio prazo. Só explicou: "Nós preferimos uma política de avanço rápido nas negociações do acordo de médio prazo a uma nova tentativa de política de acordo interino. O acordo interino consome um tempo muito grande, não provoca os avanços necessários. A nossa idéia é concluir, no menor prazo possível, um acordo de médio prazo".

E as negociações continuam hoje.

Moisés Rabinovici
de Washington.